

País não pedirá segunda parcela de US\$ 250 bilhões

por Marco Antônio Monteiro
do Rio

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, informou, na sexta-feira, que o governo brasileiro não pedirá agora ao Fundo Monetário Internacional (FMI) o recebimento da segunda parcela do desembolso de US\$ 250 milhões, relativo ao primeiro trimestre de 1992, como parte do acordo firmado com este organismo, no início deste ano.

Gros explicou que, em função do alto nível de reservas em moedas fortes, o País só precisará destes recursos em janeiro próximo, quando terá de comprar Bônus do Tesouro americano para servir como garantia ao acordo a ser firmado com os bancos privados. "Temos reservas suficientes, agora. Portanto, não precisamos deste desembolso do FMI, que é feito a cada trimestre", frisou após participar de uma reunião-almoço de abertura do IX Seminário Nacional de Open Market, promovido pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), no Rio de Janeiro.

Na opinião do presidente do BC, o acordo com os bancos privados, cujas negociações estão ocorrendo em Nova York, deverá ser firmado nas próximas semanas. Segundo ele, a questão básica que "atrapalha" a assinatura do acordo é o fato de que o Brasil, na opinião dos credores privados, está mais atrasado em seu programa econômico do que outros países que negociaram re-

centemente com os bancos e dispunham portanto, de maiores garantias.

Outras questões menores, relata Gros, são as discussões sobre os juros devidos ainda em 1992. Os bancos, diz ele, querem aumentar o percentual de pagamento de juros devidos (cujos valores variam a cada mês) neste ano de 30% para 50%. Outra questão que está criando morosidade nas negociações é a proposta dos credores de fazerem conversão da dívida em investimento no setor privado. O Brasil, diz ele, só vai fazer a conversão da dívida para participação do programa nacional de privatização. "Ou seja, não são quesitos de vida ou morte. Mas exigem negociações prolongadas", ressaltou.

Durante a reunião-almoço, o presidente da Andima, Murilo Braga, entregou ao presidente do BC um documento de apoio à criação do Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) para substituir temporariamente a Finsocial. Mas salienta a preocupação com a necessidade de se fixar um prazo máximo de vigência deste tributo, valor máximo de alíquota, além de sua abrangência em termos de emprego dos recursos. Gros respondeu que o período de vigência do ITF deverá durar até a aprovação do ajuste fiscal, acrescentando que a alíquota será pequena, algo entre 0,1% e 0,15%, com a aplicação dos recursos sendo feita de forma flexível, sem ser vinculada a uma área específica de contribuição.